

## Conclusão

Consideramos que a realização desta pesquisa foi um grande desafio, pois são poucas as referências acadêmicas sobre a Via Campesina. Sendo assim, a sua realização exigiu-nos um enorme investimento, pois para entendermos as questões que nos propomos a investigar, foi necessário penetrar nos universos de diferentes temas e áreas de investigação. E, por momentos, houve dúvidas se conseguiríamos atingir um resultado que, integrando as diversas questões, conferisse unidade às partes.

Pensamos que a importância desta dissertação reside no fato de ter trazido este tema para a agenda de Relações Internacionais, pois apesar da relevância da Via Campesina como ator na política global esta é uma questão ainda negligenciada.

Ao concluirmos este trabalho, cabe uma avaliação. De início, tínhamos como principal intenção, investigar a capacidade de a Via Campesina influenciar as políticas internacionais de agricultura, negociadas na FAO e OMC. Ao longo de nossa pesquisa, fomos percebendo que a capacidade deste movimento social exercer pressão e influência direta, sobre estas organizações, foi ficando cada vez mais limitada, à medida que a FAO foi perdendo poder para a OMC.

Conferimos que a OMC não seria um espaço de oportunidade política para a Via Campesina, enquanto que a FAO, apesar de aberta à participação da sociedade civil, tornava-se cada vez mais obsoleta, no processo de negociação das políticas internacionais sobre agricultura e propriedade intelectual sobre formas de vida. Por outro lado, percebemos que a influência da Via Campesina sobre outros movimentos e coalizões sociais, ONGS, cientistas, grupos de consumidores, ambientalistas e outros atores da política global, era cada vez mais crescente.

Estas constatações levaram-nos a mudar o enfoque principal desta dissertação, para a análise da constituição da rede e de sua interação com outros atores sociais, em campanhas, fóruns, protestos, coalizões e outras formas de

mobilização não convencionais. Embora mantendo o compromisso assumido de analisar, ao fim da dissertação, a relação entre a Via Campesina e as organizações internacionais FAO e OMC.

O processo de elaboração desta dissertação foi norteado pelas questões expostas na introdução.

As primeiras destas questões estão relacionadas às principais motivações à formação da rede e à investigação de como foi possível a criação de um movimento social de camponeses de abrangência global, considerando-se a sua relação indissociável com o território. Concluímos que o surgimento da Via Campesina estaria intrinsecamente relacionado à globalização (Scholte), identificando os aspectos que influenciaram decisivamente a criação da rede. Estas questões foram trabalhadas ao longo do capítulo 2, voltado aos preceitos teóricos que sustentam esta investigação e, ao longo do capítulo 3, dedicado a investigar o contexto no qual a Via Campesina teria sido criada.

Identificamos na globalização – em toda a sua complexidade – o contexto no qual a rede teria surgido. As mudanças nas áreas de governança, cultura, produção e identidade, em seu conjunto, criaram as condições para que a Via Campesina tivesse surgido neste momento. Entendemos, porém, que a principal motivação à formação da rede teria sido a globalização neoliberal, e seu principal facilitador, a intensificação da relação de trocas entre ativistas do Norte e Sul Global, que remonta à década de 1980. A relação pregressa, entre estes ativistas, gerou a oportunidade para que viessem a identificar na globalização neoliberal, um problema comum, apesar de suas diferenças sócio-econômica-culturais.

Este problema havia sido criado em nível internacional e, por isso, demandava a elaboração de uma solução em nível transnacional. No entender das lideranças camponesas envolvidas na criação da rede, os principais agentes da globalização neoliberal seriam as Agências Econômicas Multilaterais: O FMI, o Banco Mundial e, especialmente a OMC, e seus principais beneficiados: as transnacionais da agro-biotecnologia e o agronegócio.

O poder, que estas instituições adquiriram, a partir da década de 1990, revelaria um dos principais aspectos, de uma mudança mais ampla na natureza da governança, que, na globalização, passou a ser compartilhada entre o governo nacional e diferentes instâncias de poder, em níveis global, regional e local.

Entendemos que esta mudança, na natureza da governança, teria criado novos espaços de oportunidades para os movimentos sociais rurais, os quais tenderam a agir mais localmente, enquanto simultaneamente, mantinham o interesse no governo nacional e tendiam a transnacionalizar suas ações e estratégias, tendo como alvos os acordos regionais e as instituições internacionais.

Com relação à governança global da agricultura e dos recursos da biodiversidade, a principal mudança teria sido a alteração no direcionamento político, em relação a estas questões, que culminou na criação da OMC. Surgida com o objetivo, principal, de liberalização total da economia, inclusive, em áreas não contempladas pelo GATT, como agricultura, serviços e recursos biodiversos. Este novo contexto teria atingido os camponeses e pequenos agricultores de todo o mundo, que se viram diante de uma nova realidade institucional, sem ter uma voz que os representasse junto ao sistema internacional, já que a IFAP seria percebida, por estes atores, como a representante do agronegócio.

Conferimos que, no contexto da globalização neoliberal, a mudança na governança global da economia intensificou o desequilíbrio de poder entre os estados do Norte e Sul global. Neste novo contexto, as instituições econômicas multilaterais, apoiadas em seu poder de sanção, passaram a ter capacidade de interferir decisivamente nas políticas domésticas dos estados, principalmente os mais fracos. Enquanto os outros poucos estados fortes, com grande capacidade de influência nestas organizações, viram-se mais fortalecidos.

E este novo contexto institucional, mesmo não sendo a única razão, seria uma das principais motivações à criação da Via Campesina.

A mudança na natureza da governança teria gerado impactos também em outros estratos sociais que, assim como os pequenos agricultores e camponeses, voltou suas atenções para o sistema internacional, elegendo as instituições econômicas multilaterais como seus principais alvos. Esta pressão teria impactado estas instituições que, em resposta, criaram mecanismos de interação com a sociedade civil, gerando condições para que participassem mais ativamente dos mecanismos de governança global, tornando o multilateralismo mais complexo.

Ao longo desta pesquisa, conferimos que a capacidade de influência de atores da sociedade civil, nestas instituições, varia em função do perfil das mesmas, mas também, em relação ao perfil social dos atores que as organizações da sociedade civil representam. A OMC seria uma das instituições mais fechadas

à ingerência externa e das mais sujeitas ao *lobby* de grupos economicamente poderosos. De forma que, constatamos que a Via Campesina detém muito pouco poder de influência direta nesta organização e daí vem a sua opção em atuar junto à OMC, de forma contenciosa e não participativa, como faz sua concorrente, a IFAP.

A perda de poder relativo da FAO em comparação à OMC teria levado a Via Campesina a mudar o foco principal de suas ações, da primeira para segunda organização. Adotando a estratégia dupla de lutar pela retirada das negociações de agricultura da competência da OMC e pelo fortalecimento do sistema ONU. A FAO (assim como todo o sistema ONU) seria percebida, pela Via Campesina, como uma organização mais aberta à sua participação e, por isso, com mais legitimidade para administrar questões relacionadas à agricultura e biodiversidade. As quais, no entender do movimento social, não podem ser resumidas a uma questão comercial, já que envolvem aspectos fundamentais de natureza sócio-cultural. Pelo que foi exposto, pensamos ter demonstrado o porquê de a Via Campesina agir de forma participativa junto à FAO, enquanto, em relação à OMC, adota como principais estratégias, os protestos, coalizões e ações espetaculares.

Descobrimos, ao longo desta investigação, que a Via Campesina é um ator de enorme complexidade, e soma aspectos e objetivos dos antigos movimentos sociais de classe a características dos novos movimentos sociais alter-mundialistas – como a alteração de escala, o estabelecimento de relações supraterritoriais e a natureza aberta –, os quais permitem à rede comportar atores com identidades e compromissos ideológicos diversos. Por outro lado, este conjunto heterogêneo que compõe a Via Campesina estaria reunido na identidade comum de camponês, resignificada pelos próprios atores, de forma a acomodar esta diversidade.

Identificamos, ao longo da pesquisa, que a interação da Via Campesina com outros atores da sociedade civil é cada vez mais crescente. Se em um primeiro momento a rede transnacional de movimentos sociais fechou-se em si mesma, dedicando-se a sua consolidação, em um segundo momento, buscou a parceira com outros atores, o que veio a revelar-se uma estratégia fundamental para a consecução de seus objetivos. E neste processo, percebe-se a influência mútua entre a rede e o conjunto destes outros atores.

A Via Campesina é um ator relevante nos fóruns mundiais, além de estabelecer parcerias em projetos e coalizões voltadas a seus interesses, é um

movimento social anti-sistêmico que visa a uma mudança social ampla, através da alteração do padrão de desenvolvimento neoliberal vigente, pretendendo substituí-lo por um novo modelo, baseado na equidade e na justiça social, e que teria no conceito de Soberania Alimentar a sua principal referência. A criação do conceito de Soberania Alimentar, assim como a conceituação de biodiversidade associada a aspectos socioculturais e, de camponês, concebendo-o como *expert* e não como ignorante, foram identificadas, por nós, como algumas das principais estratégias da Via Campesina, na campanha contra os transgênicos, porque a partir destes conceitos, o movimento social teria conquistado legitimidade junto a outros membros da sociedade civil, além de ter criado uma oportunidade para que outros atores sentissem empatia pela causa camponesa, envolvendo-se nesta e em outras campanhas da rede, ampliando possibilidades para a Via Campesina gerar impactos na governança global.

Finalizando, consideramos que atingimos, no essencial, os nossos objetivos. Embora, tenhamos constatado que a partir deles delinear-se novas questões, o que nos estimula a querer desenvolver este tema em uma futura pesquisa.